

## **O feminino contemporâneo brasileiro: autodefinição, afirmação e pertencimento da identidade das mulheres trans e travestis na categoria mulher**

### **The Brazilian contemporary feminine: self-definition, affirmation and belonging to the identity of trans women and travestis in the woman category**

*Maria Eduarda de Camargo Panhan*

Mulher trans/travesti, nascida na cidade de Salto, casada, é professora há mais de 22 anos, sendo a primeira e ainda única servidora municipal e professora de Educação Básica mulher trans/travesti do município de Salto. É militante em favor das populações LGBTQIA+, das mulheres e das pautas identitárias, de qualidade. É formada em Radiologia Médica, Licenciada em Teatro/Arte-Educação, Licenciada em Pedagogia e Pós graduada em Música para séries Iniciais.

Contato: [ong.teatroevinda@gmail.com](mailto:ong.teatroevinda@gmail.com)

*Ronaldo Alexandrino*

Doutor e Mestre em Educação na área de Psicologia Educacional pela Universidade Estadual de Campinas / Unicamp. Possui Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul / UFMS. Atualmente é docente da Faculdade de Educação da Unicamp, no Departamento de Ensino e Práticas Culturais (DEPRAC) e membro do grupo de pesquisa DiS (Diferenças e Subjetividades em Educação).

Contato: [roalex@unicamp.br](mailto:roalex@unicamp.br)



## Resumo

O artigo contém uma revisão bibliográfica a partir de conceitos fundantes de duas autoras do pensamento feminino contemporâneo, Simone de Beauvoir e Judith Butler. Relacionamos a construção do conceito de mulher e performatividade do gênero feminino com a Teoria das Representações Sociais. Para fundamentar a genealogia, consideramos o conceito de monstruosidade para a consolidação da identidade das mulheres trans e travestis enquanto sujeito social. Analisamos o corpo real da mulher, enquanto sujeito inteligível, seja ela nascida ou não em conformidade com seu gênero e sexo biológico e a necessidade de adequar o corpo à sua condição psicológica como inerente destas identidades. Concluímos que transicionar é um requisito básico para a autodefinição, afirmação e pertencimento na categoria mulher. Este artigo teve como autora principal uma professora e travesti brasileira.

Palavras-chave: Identidade, gênero, mulher, travesti, transexualidade.

## Abstract

The article contains a bibliographical review based on the founding concepts of two authors of contemporary feminine thought, Simone de Beauvoir and Judith Butler. We related the construction of the concept of woman and performativity of the female gender with the Theory of Social Representations. To support the genealogy, we considered the concept of monstrosity to consolidate the identity of trans and transvestite women as a social subject. We analyzed the woman's real body, as an intelligible subject, whether or not she was born in accordance with her gender and biological sex and the need to adapt her body to her psychological condition as inherent to these identities. We conclude that transitioning is a basic requirement for self-definition, affirmation and belonging in the female category.



The main author of this article is a Brazilian teacher and transvestite.

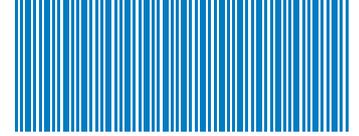
Keywords: Identity, gender, woman, travesti, transsexuality.

### **Introdução:**

O texto propõe uma revisão bibliográfica de duas autoras que ocupam um espaço fundante do pensamento feminino da contemporaneidade e das questões de gênero e identidade, Simone de Beauvoir e Judith Butler. Ambas ancoram o pensamento como matrizes para fundamentar o feminino, enquanto conceito, nos séculos XX e XXI. Assim, propõe-se compreender como eram entendidas essas representações sociais do feminino, como se deu a construção do referido conceito da categoria mulher e, consecutivamente, a construção da identidade de mulheres trans e travestis e sua afirmação enquanto sujeito social.

Ainda que em caráter de antítese ao pensamento genealógico e as afirmações das hipóteses pautadas por tais autoras, é preciso revisitar conceitos a partir do processo de desenvolvimento da sociedade atual, em 2024, da qual fazem parte, hoje, identidades que outrora não seriam dignas de existência ou de pertencimento, segundo Beauvoir e Butler. É preciso ainda humanizar tais discursos tendo em vista a realidade e a vida desses sujeitos que existem para além de tais teorias por elas produzidas. Para isso, consideramos como possibilidade relacionar os pensamentos e conceitos trazidos pelas autoras com a Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, proporcionando a análise das construções simbólicas sobre o corpo real da mulher, seja ela nascida ou não em conformidade com seu gênero e sexo biológico, e como se estabelecem suas relações dentro da sociedade.

Apesar da crítica, a escolha de duas autoras mulheres que produziram o saber científico sobre seus próprios corpos e subjetividades é de extrema importância e de relevante representatividade. Gayatri Spivak (2010), outra mulher referencial, irá nos dizer que “é, principalmente, à mulher intelectual que seu apelo final se dirige – a ela caberá a tarefa de criar espaços e condições de autorrepresentação e de questionar os limites representacionais, bem como seu próprio lugar de enunciação e sua cumplicidade no trabalho intelectual”. Porém, há a necessidade de relativizar temporalmente tais produções;



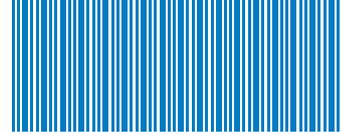
portanto, faz-se necessário abrir espaço de discussão para autoras dissidentes, a tempo de oportunizar uma identidade que foi construída graças e por meio dessas inovadoras e revolucionárias mulheres que, a partir de suas percepções, pesquisas e período, escreveram suas obras, proporcionando embasamentos científicos para que hoje pudéssemos evocar o direito de existência e da produção do saber das mulheres trans e travestis.

Hoje, no Brasil, assim como em diversos lugares do mundo, outras mulheres trans e travestis estão ocupando espaços e buscando, por meio de suas trajetórias acadêmicas, a produção do conhecimento científico acerca de sua própria identidade dentro de seu tempo, assim como Beauvoir e Butler foram pioneiras na construção e afirmação do que se entende como mulher e gênero feminino na sociedade contemporânea. Ressaltamos que este texto tem como autora principal uma professora de Educação Básica e travesti brasileira, sendo ela legitimamente uma mulher reconhecida pelo Estado brasileiro e membra atuante na sociedade. Isso nos comprova a emancipação de identidades historicamente apagadas, tanto na produção acadêmica quanto como sujeito pleno de direito.

### **O conceito da categoria mulher**

Consideramos que o discurso ocidental de gênero, assim como o conceito de categoria mulher, encontra-se a partir de representações sociais das quais sujeitos são produzidos a partir de lógicas de controle para efeitos de subalternidades (ALEXANDRINO, 2023). Tais métodos estão quase sempre ancorados em recortes históricos tendo como determinante uma estrutura colonial e falocêntrica como referência centralizadora; portanto, compreendemos que o processo de emancipação dos corpos deu-se à luz de pesquisas acadêmicas e movimentos sociais que foram ocupando espaços que outrora seriam de teorias e fábulas de gênero, oferecendo uma perspectiva científica e política com toda a complexidade e interdisciplinaridade que o tema exige, para além das vivências individuais e das relações sociais.

Simone de Beauvoir (1967) inicia sua obra *O Segundo Sexo - volume 1* com um questionamento: “Haverá um problema? Em verdade haverá mulher?”. Ao questionar a existência da figura ou conceito da mulher, a autora nos oferece parâmetros biológicos, históricos e psicanalíticos acerca desse conceito, descrevendo



com excelência como a biologia irá insistentemente destacar a divisão dos indivíduos por sexo e de como machos e fêmeas estruturalmente convergem para uma mesma função, que é de criar a vida.

Beauvoir pontua também que, para a manutenção da hierarquia de poder sobre gênero, a mulher foi classificada anatomicamente e biologicamente como inferior ao homem; porém, quanto ao desenvolvimento dos corpos, morfológicamente não encontrou nenhuma comprovação, e considera ainda que a relação do peso e tamanho do encéfalo e de outros órgãos não comprova suas respectivas funcionalidades. Tais afirmações só nos confirmam a instrumentalização das ciências a serviço do conceito do homem enquanto sujeito único e absoluto que é evidenciado e comprovado enquanto prática de controle de corpos, consolidando o mito da mulher sendo o “outro”. Quanto aos discursos e dogmas religiosos, a mulher por vezes é apresentada como “mistério”:

Dizer que a mulher é mistério não é dizer que ela se cala e sim que sua linguagem não é compreendida; ela está presente, mas escondida sob véus; existe além dessas incertas aparições. Quem é ela? Um anjo, um demônio [...] em seu coração, ela é para si mesma indefinível: uma esfinge. O fato é que ela se veria bastante embaraçada em decidir quem ela é (BEAUVOIR, 1967, p. 303).

Notamos que o olhar para a definição da mulher é determinado como sujeito “outro”, portanto parte de uma visão masculinizada na qual conceitualmente pode-se dispor dela em qualquer lugar que assim convier, bom ou mau, mas fatalmente não cabe à mulher sua autorrepresentação dentro desse discurso, a não ser que suas características estejam desumanizadas ou em categorias mitologizadas; assim coube à mulher suportar seu destino biológico e sua qualificação enquanto não participante do gênero universal que a colocaria em situação de igualdade na condição humana.

Com o desenvolvimento da economia e do capitalismo, a mulher consegue conciliar seu papel de reprodutora com os trabalhos que lhe foram atribuídos, tanto como cuidadora e figura central da família como dentro das empresas no mercado de trabalho. De forma ascendente ela ocupa hoje praticamente todos os locais e funções reservadas para o masculino, dentro desta sociedade estruturalmente sexista desde sua gênese:



Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Por sua vez, compreendemos que a obra *Problemas de Gênero*, de Judith Butler, promove uma busca para tentar encontrar um “sujeito” na categoria de mulheres. Boa parte da problemática é especulativa e, em nossa compreensão, a obra nos conduz a um certo excesso de possibilidades artificiais sobre sujeito, gênero e sexo.

Utilizando a visão psicanalítica a partir da obra de Jacques Lacan, Butler questiona a suposta autoridade masculina, apontando a diferença entre “ter” o falo ou “ser” o falo. Essa contestação se dá a partir do momento em que o homem tem o falo, mas como é um gênero de caráter relacional necessita do outro para a confirmação da sua identidade e de seu espaço de poder; enquanto a mulher, não tendo o falo, se apropria em ser. “Para as mulheres, ‘ser’ o Falo significa refletir o poder do Falo, ‘significar’ esse poder, ‘incorporar’ o Falo” (BUTLER, 2020, p. 68). Contudo, é possível compreender que as amplas análises de discurso propostas por Butler demonstram que as condições de poder que condicionam e limitam as possibilidades do feminino na contemporaneidade não determinam o conceito de ser mulher como qualidade definitiva dentro de uma estabilidade, ou que esse conceito tenha um fim em si para ser alcançado enquanto representação de sujeito social e assim atingir lugares de discursos praticáveis.

Tendo como pressuposto a teoria do masculino como o ser universal em Beauvoir (1967) e Butler (2020), a mulher estaria na relação como o “outro”. Porém, esse “outro” é múltiplo e se constrói estruturalmente dentro de um caráter de análise relacional; e ao desenvolver-se enquanto categoria e sujeito, se distancia e se difere do homem, expondo não somente sua emancipação e desenvolvimento, mas a dependência radical do masculino por esse “outro” feminino para se autoafirmar, constatando o caráter meramente ilusório da autonomia da figura do homem enquanto sujeito estruturante social.

Serge Moscovici, a partir da Teoria das Representações Sociais, propõe a compreensão de uma Psicologia Social de forma híbrida

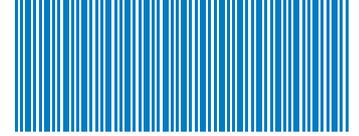


no cruzamento das ciências psicológicas e das ciências sociais, com foco nos fenômenos sociais do ponto de vista da vida social e cultural (MOSCOVICI, 2012). Assim, a partir desse pressuposto, podemos afirmar a mulher tanto quanto conceito como sujeito social. Ainda que algumas das representações sociais da mulher se apresentem, em determinados momentos, de modo cristalizado socialmente, esse movimento oferece um tempo necessário para a formação simbólica na construção e aculturação da identidade feminina. Desse modo, a objetivação que ocorre por meio de um conjunto de atos (que serão repetidos), convenções, valores, formas de significações, signos corpóreos e marcadores simbólicos é tenuamente e constantemente (re)construída socialmente dentro de um período de tempo, por meio das representações sociais que circulam e produzem uma aparência substancial de uma classe natural de ser.

Assim, compreendemos que esse conceito de sujeito mulher está em construção permanente e aberto a intervenções e ressignificações históricas, evocando uma ancestralidade e memórias coletivas do feminino.

### **A construção cultural do corpo e a performatividade do gênero feminino**

Ainda que o domínio da organização estrutural e das qualificações do que se entende hoje como mulher esteja pautado dentro de um conceito de hierarquização nas categorias de corpo, sexo, gênero e orientação sexual, a partir da representação social desse sujeito universal masculino, é preciso compreender que gênero não é uma interpretação cultural do sexo; portanto, ao qualificar a mulher primeiramente enquanto gênero e em seguida como feminino, isso faz com que nos distanciemos da dicotomia anacrônica do macho e da fêmea, contribuindo para o sujeito mulher ser autoestruturante, oportunizando a possibilidade de construir seus corpos, ouvir suas vozes, se reconectar com seu passado e definir sua história futura, e por fim estruturar seu corpo conforme o reconhecimento de si. Nesse processo de libertação de corpos e lutas feministas, a mulher, além de se estabelecer enquanto conceito e sujeito, sai do papel de coadjuvante e se apropria em ser detentora de sua trajetória e, portanto, de sua imagem, produzindo novas representações sociais, uma vez que:



Confere à racionalidade da crença coletiva e sua significação, portanto as ideologias, aos saberes populares e ao senso comum. Com efeito, nós o tomamos imediatamente como sistema coerente de signos (MOSCOVICI, 2013, p. 10).

Apesar de Butler (2020) produzir várias possibilidades de construções de pensamento sobre as questões acerca do gênero feminino, já não é viável atribuir tamanho poder ao sistema da teoria relacional, tendo o homem como ser universal, sem levar em consideração as ações externas do sujeito, calcando-se sempre em uma neutralidade que inexistente em sua genealogia. Notamos um certo descrédito do pensamento crítico e do desenvolvimento da mulher, segundo ambas as autoras, percebendo que não é só o conceito de mulher que muda socialmente, mas o sujeito também, pois estão sempre em constante transformação. Nesse sentido, não é crível pensar que, à luz de séculos de desenvolvimento e construções socioculturais, as mulheres da contemporaneidade estariam absolutamente alienadas diante de tais estruturas, que poderiam interferir em sua formação enquanto identidade coletiva.

Ainda em caráter de antítese ao pensamento de Butler (2020), na obra *Problemas de Gênero* ela não responde ao fato de o corpo não admitir sua genealogia, no sentido que precisaríamos crer na preexistência do corpo antes de seu significado sexuado. Esse corpo necessitaria ser isento de interferências externas para uma neutralidade pura, algo impossível, uma vez que a sociedade é caracterizada por mudanças intelectuais e sociais; portanto, reduzir a discussão ao sujeito social ou ao coletivo não nos oferece os fenômenos sociais das relações humanas e suas tensões, afetos e paixões, uma vez que esse sujeito só pode ser construído em relação a um outro, dentro de uma realidade social cujo corpo também carrega as representações sociais dentro de uma herança histórico-sócio-cultural no qual está inserido.

Moscovici (2013) nos diz que tanto as Ciências Sociais quanto a Psicologia Social, em particular, irão resistir em reconhecer o papel de conflito da dissensão, tanto na teoria como na prática: “Isso tem como consequência uma visão bastante estática, tanto dos indivíduos como da sociedade” (2013, p. 12). Por sua vez, não é possível corroborar a questão do corpo como passivo nas teorias de gênero; tal afirmação só nos oferece uma teoria hipotética, uma vez que não há neutralidade nas relações sociais. Além disso, a criação de outros segmentos de gênero, dentro desse recorte, apesar de um aparente avanço, intensificaria suposições meramente distópicas.



Em contrapartida, é importante salientar que apesar dessa leitura, ainda assim podemos corroborar a afirmação de Butler (2020) quando esta diz que “o regime de poder imposto aos corpos é uma vicissitude da história”; assim como corroboramos a ideia de que as relações sociais que subordinam um sexo a outro constituem um dos principais obstáculos ao progresso da humanidade (BEAUVOIR, 1967). Desse modo, é possível pensar no fracionamento entre os gêneros feminino e masculino. Tais graduações seriam determinadas única e exclusivamente pelo desenvolvimento de cada sujeito na relação com a sua própria construção social e política.

### **A identidade da mulher trans e travesti**

A luta de mulheres trans e travestis, no Brasil, por uma humanização e depois por uma reivindicação de reconhecimento enquanto mulher (ANTRA, 2009), nos mostra que existe um sujeito social hoje que é dissociado da existência de qualquer outro fator relacional. Esse sujeito da identidade trans e travesti é inteligível e continua em constante desenvolvimento, caracterizando-se como uma manifestação social de sororidade chamada mulher, permitindo o reconhecimento de outros sujeitos sociais que se somam nas lutas e opressões sofridas. Tais identidades se assemelham e se completam por seus signos e performatividade, e por isso todas elas continuam a receber uma carga de violência sistêmica daqueles que ainda vivem cerceados por um pensamento falocêntrico, meritocrata e de privilégios sociais pautados em modelos arcaicos de hierarquização de corpos e organização genital.

Sendo as mulheres trans e travestis as figuras mais recentes incluídas no conceito de mulher da atualidade, consideramos importante ressaltar as qualidades ou referências performáticas e marcadores de gênero que esses sujeitos sociais definiram, para a afirmação de sua identidade, durante toda sua trajetória histórica para uma identificação e pertencimento coletivo, que hoje possibilita que mulheres nascidas em conformidade com o sexo biológico percebam e se reconheçam nesses mesmos símbolos olhando para outras também mulheres nascidas com o sexo oposto. Ambas as figuras tiveram que se tornar mulher, como afirma Beauvoir (1967), mas, nesse sentido, a figura da mulher trans e travesti mostra-se como o espelho do qual a mulher cisgênero não consegue se furtar, pois a partir da identificação é



possível um distanciamento para analisar sua trajetória enquanto indivíduo dentro de um coletivo.

A construção e escolhas das características de quem se é ou quem se torna são o resultado das decisões individuais únicas e aprovadas coletivamente por gerações de mulheres, apoiando-se no pressuposto de que as representações sociais são racionais, não por serem sociais, mas porque elas são coletivas (MOSCOVICI, 2013, p. 11).

Talvez para a mulher cisgênero seja difícil essa percepção, pois desde o nascimento ela está encarnada em um corpo que foi tenuemente desenvolvido para atingir tais características. Porém, é possível desnudar tais formas e afirmações de gênero quando observamos a construção e desenvolvimento dos corpos das mulheres trans e travestis para se tornarem imagetivamente inteligíveis no conceito de mulher; portanto, sendo a própria mulher responsável por sua figura representativa e que, por meio dela, oportunizou o desenvolvimento de outros corpos dentro de um conceito mais amplo de mulheridades.

Trata-se do reflexo das lutas constantes, diárias e exaustivas, de todas as mulheres, contra todo um sistema que foi organizado para subalternizá-las. É nesse ponto em que a mulher, seja ela nascida em conformidade com seu gênero e sexo ou não, pode perceber que coube a ela, e somente a ela, permanecer e reconhecer-se enquanto gênero feminino. Podemos exemplificar essas escolhas a partir das informações pelas quais os aplicativos de Inteligência Artificial são constantemente alimentados, uma vez que produzem imagens baseadas em escolhas de características físicas, que, de forma coletiva, vão sendo coletadas para a construção de figuras e pessoas artificiais considerando as representações sociais do feminino, de maneira inteligível para a sociedade de uma forma geral.

Por sua vez, a Inteligência Artificial considera apenas as características secundárias, bem como os marcadores de gênero, para definir a criação imagética do feminino; assim, qualquer outro demérito ou desmerecimento dessa construção (pautada em retóricas datadas) só reforça o estigma de desqualificação de sexo e gênero feminino, que nesse caso não se dá em razão da sustentação da hierarquia dos gêneros ou na suposta autoridade masculina, mas por um método de apagamento de lutas de corpos historicamente subalternizados, ignorando suas histórias, escolhas, vivências, trabalhos, conquistas e (re)significações.



Ser mulher hoje não pode ser reduzido ou pautado, única e exclusivamente, como uma categoria inferiorizada a partir de um olhar ou conceito. Ser mulher é um coletivo de narrativas e pertencimentos que escolhemos e do qual somos convidadas a participar.

Apesar de anos de discursos de sensibilização social com histórias comoventes e de extrema superação, ainda é demasiadamente difícil sair do lugar de abjeção e ser reconhecida como sujeito social; não obstante, muitas vezes o que se observa é que emergem, dentro das relações de afeto, sujeitos com identidades carregadas de culpa, autodiscriminação e questões relacionadas a autoimagem positiva, fruto da insistente manipulação das estruturas simbólicas que afetam mais gravemente esse grupo historicamente oprimido. Tal realidade ainda coexiste com as problemáticas da existência, como a pobreza, a fome, a miséria, a violência e todo tipo de exploração que continuam se perpetuando de forma significativa mesmo na contemporaneidade.

### **Autodefinição e afirmação das mulheres trans e travestis**

É da desumanidade que ascende o corpo da travesti.

A ausência da qualidade humana para esse sujeito social é uma realidade que persegue esses corpos histórica e sistematicamente, reproduzindo o não pertencimento a nenhum dos gêneros (LEITE, 2008). Os corpos dissidentes e pessoas transgêneros partem da figura do hermafrodita como matriz conceitual, que é a primeira figura genealógica dentro do conceito de androginia, e sua qualificação histórica determina esse “não lugar”.

Encontramos essa figura entre os monstros e não entre humanos ou sujeitos sociais, uma vez que “quanto ao hermafrodita, é um caso demasiado singular: não é homem e mulher ao mesmo tempo, mas antes nem homem nem mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 21). Tal afirmação reforça a necessidade da luta por narrativas, estudos sobre mulheres trans e travestis que perpassam pela necessidade de defesa e pela sobrevivência desses corpos.

Produzir conhecimento por meio do viés acadêmico oferece um discurso referenciado socialmente, oportunizando narrativas



possíveis para aquelas que são consideradas desertoras do gênero universal. Se a sobrevivência é resultante do confronto, isso também se dá no meio científico; portanto, se numa guerra aos desertores se pede a pena de morte, a resistência referente aos corpos trans e travestis, bem como à sua produção acadêmica, também convive com confrontos diários nos quais a deslegitimação de tais saberes são constantes, de forma estrutural e institucionalizada.

Evidenciamos, portanto, a construção da humanização dos corpos e a emancipação das identidades das mulheres trans e travestis a partir do desenvolvimento de dois trabalhos acadêmicos voltados para estas identidades. Jorge Leite Jr., na sua tese de doutorado intitulada “Nossos corpos também mudam: Sexo, Gênero e a Invenção das Categorias ‘Travesti’ e ‘Transexual’ no Discurso Científico” afirma que:

Fora do discurso militante e político, que trabalha a questão da travestilidade e da transexualidade (masculinas ou femininas) como uma identidade de gênero específica, ainda uma grande parte das travestis com quem convivi durante esta pesquisa vê a si mesma como “homens homossexuais”. Percebemos assim a busca por uma feminilidade “verdadeira”, associada ao conceito de “mulher”, “travesti” ou “mulher transexual” está ligada a um jogo por legitimidade e distinção social (LEITE, 2008, p. 211).

Alguns anos depois, em 2021 na dissertação de mestrado de Ariane Moreira Senna, “A Solidão da mulher trans, preta e periférica: uma (auto) etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal”, encontramos autodefinições distintas:

Se hoje Aloma se considera Mulher Trans, como ela afirma, isso quer dizer que nem sempre foi assim, talvez ela esteja querendo dizer sobre a evolução de ter sido inicialmente um gay, depois uma Travesti e posteriormente uma Mulher Trans [...] afirmar-se enquanto tal, utilizar hormônios com certa frequência, utilizar roupas femininas e “planejar injetar silicone nos quadris e nádegas.” (PELÚCIO, 2005, p. 225). [...] essa conquista ritualista de adquirir nelas o estágio da Mulheridade: “eu me identifico como Mulher [...] minha identidade de gênero é feminina” (SENNA, 2021, p.90).

Percebemos que em um período histórico de cerca de 12 anos de diferença entre um trabalho acadêmico e outro houve uma transformação e consolidação das identidades trans e travestis. Tais avanços devem-se a lutas e pautas identitárias, dos movimentos sociais e dos acessos a lugares de produção do saber



científico, que de certa forma emanciparam esses sujeitos sociais do lugar de abjeção e monstruosidade para um conceito de mulher.

Por sua vez, pontuamos que o maior avanço percebido é que partimos de um primeiro texto, produzido por um homem heterocisnormativo, para outro escrito por uma mulher trans e preta, assim como uma das autoras deste artigo também é uma mulher trans/travesti. Essas mudanças demonstram um deslocamento de tais corpos do lugar de objeto de estudo para o de autoria, reiterando a necessidade da ocupação desses sujeitos nos espaços de poder definidos socialmente. É possível afirmar, portanto, que a apropriação da narrativa do próprio corpo, da própria identidade histórica e construção desse novo sujeito social dá-se quando se apropria dela, construindo discursos praticáveis e vivenciando a inteligibilidade construída no corpo para estar participante dentro da categoria mulher.

Butler (2018) também afirma que para humanizar-se existe a necessidade iminente de se ter um gênero. Uma criança só se humaniza a partir do momento que se pergunta “é menino ou menina?”. Alcançar o pertencimento, reconhecer-se e ser reconhecida como uma mulher, implica um reconhecimento das figuras, formas corporais e performativas da inteligibilidade social no recorte histórico da dualidade ou do binarismo de gênero.

O pensamento de que toda a construção da representação social da mulher depende única e exclusivamente do referencial masculino equivoca-se quando é desse corpo masculino que parte a construção de mulheres trans e travestis, que abdicam do gênero dito como referencial para serem reconhecidas como participantes do conceito mulher no gênero feminino.

A partir dos anos de 1920, os hormônios passaram a ser pensados de forma mais ampla, devido à capacidade de sintetização deles, o que gerou um novo campo de atuação médica, o da endocrinologia, que possibilitou se pensar a utilização deles nas relações e construções de gênero. Lima (2014) aponta que, a partir desse momento, os hormônios passaram a ser uma condição essencial para a concepção e construção dos corpos Transexuais. Assim, a busca pelo corpo que se adeque ao gênero que se deseja passa a ser a condição de ser Mulheres Trans e Travestis. Nesse sentido, Larissa Pelúcio (2006) aponta nos resultados de sua experiência em campo com Travestis que se prostituem em São Paulo que ser Travesti não é só se vestir de Mulher, mas realizar intervenções corporais, sejam por meio dos hormônios ou silícones, em busca de dar uma forma feminina ao corpo. Nessa perspectiva, Paulo Sammarco Antunes vai pontuar que: “É



justamente por meio do corpo que a pessoa manifesta sua subjetividade, portanto corpo e subjetividade estão unidos” (ANTUNES, 2013, p. 64). É através dessa necessidade de explicitar a nossa subjetividade que, muitas vezes, não encontramos nos hormônios femininos a possibilidade de modificações corporais que desejávamos e recorremos então às próteses de silicone e injeções de silicone industrial que, por fim, quando dão certo, nos possibilitam vivenciarmos e nos realizarmos com as tão sonhadas curvas que representam o símbolo da feminilidade em nós (SENNÁ, 2021, pp. 92-93).

A luta para pertencer ao gênero feminino perpassa pela aquisição e desenvolvimento das características secundárias e marcadores de gênero pelos quais a mulher se torna um sujeito inteligível dentro do recorte histórico temporal. Assim como a rejeição das características secundárias referentes ao sexo biológico, pelas quais se torna inteligível o ser masculino, buscando o pertencimento e humanização a partir da desconstrução e reconstrução de seu próprio corpo, sendo o significado primordial da essência de ser uma pessoa trans. Desse modo, “a pessoa trans tem a necessidade de adequar seu corpo à sua condição psicológica [...] e com isso busca-se o reconhecimento social como alguém do sexo oposto” (SILVA; NEGREIROS, 2023, p.181), apagando marcadores de gênero e principalmente as características secundárias do que é inteligível sócio culturalmente como homem ou mulher.

Ressaltamos que não obstante ser um direito do sujeito reivindicar outras alterações corporais, como as cirurgias de redesignação genital, esses aspectos não se aplicam nas questões das relações sociais, pois tais intervenções estão no campo privado, no foro íntimo de cada sujeito, e suas práticas e preferências, das quais o coletivo não tem capacidade de interferir ou participar.

Por meio dos estudos da Psicologia Social, a qual tem como um dos objetivos compreender as relações entre os fenômenos psíquicos individuais e os coletivos e sociais, podemos erguer barreiras para proteger a ainda recente identidade de mulheres trans e travestis dentro do conceito de mulher, oportunizando que elas possam ter o direito de autodefinição, autoafirmação e o tão desejado pertencimento ao gênero feminino. Portanto, endossamos o documento produzido pela ANTRA acerca do compromisso inabalável com a identidade travesti:



Tentativas dispersas de apropriação, sem um diálogo com os movimentos sociais que estão há décadas reescrevendo a forma como a travestilidade vem sendo compreendida socialmente em nosso país, é contraproducente e desconsidera as sujeitas envolvidas no processo de autodeterminação e autodefinição da identidade.[...] E consideramos que a construção da luta da população de homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias não pode se dar escamoteando as singularidades sociais e históricas das transfeminilidades.[...] As travestis permanecem firmes e vigilantes em sua resistência! (BENEVIDES, 2024).

Oportunizamos este texto para a não desqualificação de outros segmentos dentro do movimento da diversidade; porém, é preciso que esses outros grupos construam suas próprias narrativas sem apagar lutas e avanços históricos, como a luta dos direitos das mulheres e das mulheres trans e travestis.

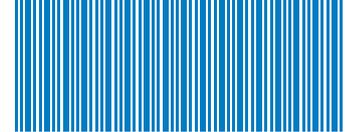
### **A consolidação da identidade da mulher trans e travesti como sujeito social**

Como última reflexão, recorreremos a Butler na questão da performatividade e da corporeidade dos sujeitos:

Seria a drag uma imitação de gênero, ou dramatizaria os gestos significantes mediante os quais o gênero se estabelece? Ser mulher constituiria um “fato natural” ou uma performance cultural, ou seria a “naturalidade” constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas? (2018, p. 8).

Utilizando o exemplo da performatividade cultural na figura da *drag queen*, a autora nos alerta sobre o fato de que a vestimenta está no campo da fantasia. “O corpo fantasiado jamais poderá ser compreendido em relação ao corpo real; ele só pode ser compreendido em relação a uma outra fantasia culturalmente instituída, a qual postula o lugar do ‘literal’ e do ‘real’” (BUTLER, 2018, p. 100).

Mulheres trans e travestis necessitam tornar o corpo real; é inerente a sua identidade e historicidade das lutas dessa categoria. Ou seja, transicionar é um requisito básico para se autoafirmar como mulher trans ou travesti. Nesse sentido é questionável a legitimidade de outras figuras dentro da diversidade que reivindicam ou se autodeclaram mulheres trans ou travestis, utilizando marcadores de gênero masculino como barba, pelo no



peito ou ainda simplesmente fazendo a mudança de algumas peças do guarda-roupas.

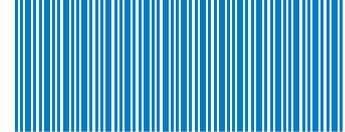
Ressaltamos que não somos contrários, neste texto, ao direito de existência de cada sujeito ser quem é, mas é fundamental determinar que as autodeclarações, assim como a orientação sexual do indivíduo, estão no campo do privado e tais posturas de reivindicação tanto das identidades transfemininas, assim como o acesso aos direitos adquiridos por esta classe, promovem um retrocesso nas lutas de toda a comunidade LGBTI+ além da apropriação indevida dessas identidades femininas.

Salientamos que todos os avanços relativos às pessoas transgêneros em termos de legislação brasileira foram conquistados pelos corpos de mulheres trans e travestis de forma binária. Consideramos que parte das teorias relacionadas a pessoas que não vivenciaram a experiência trans, a ausência de modificações corporais e somente a retórica teórica e autoafirmativa da identidade de gênero podem ser capturadas e utilizadas como discursos de ódio pela extrema direita.

Moscovici cunha o conceito referente à produção social da familiaridade, como o propósito de todas as representações sociais, uma vez que elas têm por objetivo transformar o que aparece socialmente como algo não familiar em familiar. Por sua vez, Alexandrino, ao abordar a questão da homossexualidade e das discussões de gênero dentro das escolas, revisita o conceito e considera que:

A não-familiaridade para Moscovici (2003) está presente no convívio social até quando ela é percebida, ancorada, nomeada, tornando-se assim familiar. Mas o que se observa nos conceitos e representações aqui identificados é um movimento oposto, o de transformar aquilo que vinha sendo concebido como algo familiar [...] em um fenômeno não familiar, por meio da negação e silenciamento” (2018, p. 181).

Se temos a ilusão do avanço de algumas pautas referentes às discussões voltadas aos Direitos Humanos, cabe ressaltar que, no entanto, convivemos com a ascensão de pautas antitrans e a perseguição e violência direcionadas aos corpos de pessoas transgêneros, em especial aos corpos das mulheres trans e travestis, contribuindo para que o Brasil continue liderando o ranking dos países que mais matam pessoas trans no mundo (título ao qual segue como líder pelo décimo quinto ano consecutivo).



Podemos dizer que a produção social da não-familiaridade surge a partir da criação de novos contextos sociais, muitas vezes atrelados a interesses políticos que geram a sensação de medo e estranhamento daquilo que outrora vinha sendo conformado como familiar (ALEXANDRINO, 2018, p. 182).

**A luta por múltiplas identidades dentro de espectros de não binariedades é um sinal de dissolução dos gêneros e nos indica talvez um futuro próximo em que não serão mais necessárias a qualificação ou a identificação dos sujeitos a partir de marcadores de gênero e performatividade; contudo:**

Se eu rejeito diversas dicotomias existentes, como o do indivíduo e do coletivo [...] é porque essas dicotomias se tornam lentes deformadoras que nos impedem ver fenômenos reais, tais como conflitos, dissonâncias, etc, em toda sua amplitude e significado (MOSCOVICI, 2013, p. 13).

Consolidamos, enfim que a identidade das mulheres trans e travestis existe enquanto sujeito social, mas, antes, existe enquanto mulher, e é por estar inserida dentro dessa categoria que sua existência é demasiadamente questionada e perseguida. A busca pela passabilidade nesse conceito perpassa pela aquisição do corpo real.

Somos mulheres, somos mães, irmãs, amigas, esposas, professoras, médicas ou tias, somos mulheres, mulheres reais, com corpos reais, com vidas reais, que experienciam a violência desde a primeira infância, que de toda a sorte experimentam o abandono, a vergonha e a margem, mas que ainda assim permanecem como mulheres, como cidadãs e como brasileiras. E é por meio do corpo real de mulher que a violência encontra o caminho para nos matar a alma, nesse corpo que é construído para ser o que se é, mulher, do gênero feminino.

E ainda que supostamente resolva-se que a sociedade não irá mais crer na existência dessa separação entre machos e fêmeas, ou homens e mulheres, tal afirmação não seria capaz de influenciar o índice de violência e crimes cometidos contra esses corpos e nem seria capaz de emancipar esses sujeitos sociais que foram historicamente marcados, subjugados e subalternizados por toda a sociedade desde sua gênese até a contemporaneidade. Ainda assim, no cruzamento entre a transfobia, a misoginia e o patriarcado, podemos afirmar que as mulheres trans e travestis (re)existem.



## REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Ronaldo. 2018. **A suposta homossexualidade Parte II - A negação**. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp. Campinas.

ALEXANDRINO, Ronaldo. 2023. Desafiando a psicologia educacional: A reconstituição das subjetividades LGBTQIA+ numa escola como possibilidade de retomada do Estado Democrático de Direito. *In*: NEGREIROS, Fauston; ALEXANDRINO, Ronaldo. (Orgs.). **Psicologia Escolar e Educacional & População LGBTQIA+**. Campinas: Alínea.

BEAUVOIR, Simone de. 1970. **O Segundo Sexo 1: Fatos e Mitos**. Paris: Gallimard.

BEAUVOIR, Simone de. 1967. **O Segundo Sexo 2: A Experiência Vivida**. Paris: Gallimard.

BENEVIDES, Bruna. 2024. Antra em defesa da identidade travesti. **Antra Brasil**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/noticias/>. (Acesso em 01/06/2024).

BUTLER, Judith P. 2018. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

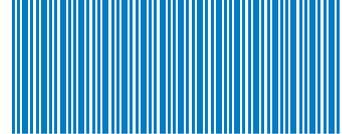
LEITE JÚNIOR, Jorge. 2008. **Nossos corpos também mudam: Sexo, Gênero e a invenção das categorias "Travesti" e "Transexual" no discurso científico**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

MOSCOVICI, Serge. 2003. **Representações sociais: Investigação em psicologia social**. 3. ed. Petrópolis: Vozes.

MOSCOVICI, Serge. 2012. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes.

SILVA, Caroline Fernanda da Costa; NEGREIROS, Fauston. 2023. Transexualidade e escolarização: sentidos trajetórias e memórias. *In*: NEGREIROS, Fauston; ALEXANDRINO, Ronaldo. (Orgs.). **Psicologia Escolar e Educacional & População LGBTQIA+**. Campinas: Alínea.

SENNA, Ariane Moreira de. 2017. A invisibilidade das mulheres trans nas produções acadêmicas sobre feminismo e a



luta das mulheres. In: ANDRADE, Luma Nogueira (Org.). **Diversidade Sexual, gêneros e Raça: diálogos Brasil-África.** Campina Grande-PB: Realize Editora. Disponível em: <http://www.abeh.net.br/cinabeh/anais-do-cinabeh/>. (Acesso em 01/06/2024).

SENNÁ, Ariane Moreira de. 2021. **A solidão da mulher trans, negra e periférica: uma (auto)etnografia sobre relações socioafetivas em uma sociedade cisheteropatriarcal.** Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Federal da Bahia. Salvador.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

Submetido em: 30/10/2024

Aceito em: 20/12/2024

